



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025
ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2025

1. DO PREAMBULO:

1.1. O MUNICÍPIO DE CERRO GRANDE/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 92.005.545/0001-09, com sede administrativa na Rua América, nº 100, Bairro Centro, no Município de Cerro Grande - RS, representado pelo Sr. Alvaro Decarli, inscrito no CPF sob o nº 583.390.940-68, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público a realização de contratação mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para **Contratação de empresa especializada em treinamento nas modalidades futsal e futebol de campo para ministrar aulas à crianças e adolescentes da rede pública de ensino de Cerro Grande.**

Os deverão ser prestados por empresa especializada no ramo e possuir experiência na execução do serviço, possua reputação ético-profissional, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, qualificação econômico-financeira, devendo ainda, cumprir todos os requisitos legais necessários à contratação com a Administração Pública, atendendo os termos definidos por este Estudo Preliminar e pelas demais peças constantes das fases do planejamento (Termo de Referência) e da contratação (Contrato e demais peças anexas e acessórias).

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1. É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória, também é do conhecimento que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela personalidade e que possam acarretar em tratamento discriminatório não previsto em lei.

2.2. O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

2.3. Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos



Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

2.4. No mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, são autorizadas contratações de forma direta, conforme transcrição a seguir:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

I - II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras;

[...]

§3º As contratações de que tratam o inciso IX do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

2.5. Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidas de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

2.6. Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].

2.7. Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos



especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

2.8. Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

2.9. No arcabouço jurídico pátrio, existe possibilidade de contratação direta, **por dispensa de licitação**. Especificamente para o caso em tela, assim dispõe o art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, acima citado.

3. DAS JUSTIFICATIVAS:

3.1. Considerando a que secretaria municipal de Educação Cultura e Desporto busca promover a prática esportiva, incentivando o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos jovens.

3.2 Considerando que o público-alvo do projeto são crianças e adolescentes da rede pública de ensino, priorizando a inclusão social e o acesso a atividades esportivas de qualidade. Essa ação visa não apenas proporcionar momentos de lazer, mas também contribuir para a formação integral dos jovens, promovendo a cidadania e um estilo de vida saudável, contemplando atividades técnicas, táticas e recreativas, adequadas à cada faixa etária atendida

3.3 O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que considerando a complexidade e particularidades do assunto; Considerando que a Prefeitura Municipal de Cerro Grande/RS não possui estrutura técnico-profissionais necessárias à execução de todos os serviços atinentes a realização das referidas atividades. A contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços é a solução que melhor atende o interesse público.

3.3 A conveniência e a opção pela Contratação da empresa mediante dispensa de licitação justificam-se pelos seguintes fatos:

a) Tem enquadramento no disposto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

b) Em pesquisa feita apurou-se que, a exemplo do que se dá em Cerro Grande/RS, diversos outros municípios de nossa região vem provendo esta demanda através da terceirização dos serviços, com qualidade e excelência no resultado e, especialmente, comprometimento, responsabilidade e de confiança, através de dispensa.

Isto torna não recomendável a realização de processo licitatório, em face da preferência da administração nesta contratação.



e) Neste sentido, pedimos que se faça a avaliação sobre a possibilidade da contratação desta empresa através de processo de dispensa de licitação, na forma preconizada no art. 75, II da Lei 14.133/2021.

4. DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

4.1 Objeto do presente Processo de Dispensa é: Contratação de empresa especializada em treinamento nas modalidades futsal e futebol de campo para ministrar aulas à crianças e adolescentes da rede pública de ensino de Cerro Grande.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em treinamento nas modalidades futsal e futebol de campo para ministrar aulas à crianças e adolescentes da rede pública de ensino de Cerro Grande. Carga horária: 08 (oito) horas semanais, divididas em dois treinos	Mês	12	R\$ 2.853,00	R\$ 34.236,00
ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$ 34.236,00	

A empresa contratada será responsável pela execução das seguintes atividades, relacionadas ao treinamento e desenvolvimento de crianças e adolescentes nas modalidades de futsal e futebol de campo:

1. Planejamento das Atividades

- Elaborar um plano pedagógico anual para as aulas, contemplando:
 - Desenvolvimento técnico e tático das modalidades.
 - Atividades físicas e recreativas adequadas à faixa etária atendida.
 - Princípios educativos e de inclusão social.
- Definir metas e objetivos para cada faixa etária (crianças e adolescentes).

2. Execução das Aulas

- Realizar aulas regulares de futsal e futebol de campo, conforme cronograma previamente acordado com o Município.
- Adaptar as atividades às diferentes habilidades dos participantes, promovendo a inclusão e a motivação.
- Ensinar regras e fundamentos das modalidades, como trabalho em equipe, técnica, tática e respeito às normas esportivas.

3. Público-Alvo

- Crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino de Cerro Grande.
- Priorizar a inclusão de alunos em situação de vulnerabilidade social.

4. Local e Infraestrutura



- As atividades serão realizadas em locais previamente definidos pelo Município, como:
 - Quadras esportivas e campos de futebol municipais.
- A empresa deverá garantir a organização e conservação dos materiais utilizados durante as aulas.

5. Profissionais Envolvidos

- A empresa deverá fornecer instrutores qualificados, garantindo que os profissionais tenham experiência comprovada na condução de atividades esportivas com crianças e adolescentes.

6. Carga Horária

- As aulas deverão ser realizadas de forma regular, com carga horária mínima semanal definida pelo Município.
- O cronograma será estabelecido conforme a disponibilidade da rede pública e as necessidades dos alunos.

7. Materiais e Equipamentos

- A empresa será responsável por garantir o uso adequado de materiais esportivos, como:
 - Bolas de futsal e futebol de campo.
 - Coletes, cones, apitos e outros materiais necessários para o treinamento.

8. Relatórios e Avaliação

- Apresentar relatórios periódicos ao Município, contendo:
 - Frequência dos alunos.
 - Evolução técnica e comportamental dos participantes.
 - Feedback sobre o andamento das atividades.
- Realizar avaliações práticas ou eventos ao final de cada período, promovendo a integração entre alunos, familiares e a comunidade escolar.

9. Segurança e Bem-Estar

- Garantir que as atividades sejam realizadas com total segurança, respeitando normas de prevenção de acidentes e orientações de saúde.
- Estar preparado para lidar com situações de emergência, dispondo de primeiros socorros quando necessário.

5. DA ENTREGA, DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS, DO SUPORTE E DA RESPONSABILIDADE:

5.1. Os serviços deverão ser prestados mensalmente pela empresa vencedora, em dias, horários e locais a serem previamente combinados com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, respeitando a carga horária de mínima de 08 (oito) horas semanais.

5.2. Manter, durante toda a execução do contrato compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições documentais para a efetivação da contratação.

5.3. Fornecer serviços de qualidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CERRO GRANDE

CNPJ: 92.005.545/0001-09

5.4. Responsabilizar-se por todos e quaisquer encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto;

5.5. Assumir integral responsabilidade por danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da má execução de serviços ora contratados.

5.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo contratante, inclusive nova execução do objeto, se este for entregue em desacordo com o solicitado.

6. DA FORMA DE PAGAMENTO:

6.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da o recebimento definitivo da execução do objeto juntamente com a emissão de nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, na agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o recebimento por servidor competente na nota fiscal/fatura apresentada e mediante atestado de cumprimento dos serviços.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6. Antes de cada pagamento à contratada, serão realizadas as devidas consultas da regularidade social.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias previstas no orçamento de 2025:

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E

08.05 DESPORTO

2.154 Incentivo ao Esporte Amador

3.3.90.39.00.00.00.00.0500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA

JURÍDICA

9. DO FORO:

(55) 3756 1100 | (55) 3756 1122

administracao@cerrogrande.rs.gov.br

www.cerrogrande.rs.gov.br

Rua América, 100 - Centro
CEP 98340-000 - Cerro Grande/RS





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CERRO GRANDE

CNPJ: 92.005.545/0001-09

9.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto de Dispensa, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Rodeio Bonito/RS.

10. DA LEGISLAÇÃO APLICADA:

10.1. Aplica-se a este Termo de Dispensa, nos casos omissos, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- c) Lei Federal nº 4.320, de 1964;
- d) Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
- e) Lei Complementar nº 123/2006;
- f) Lei Orgânica do Município.

11. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

11.1. O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as justificativas presentes nos autos.

12. DA DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO

11.1. Considerando o acima exposto acolho as justificativas da dispensa de licitação e **AUTORIZO** publicação no sítio da municipalidade pelo prazo de 03 (três) dias úteis.

11.2. Manifestação de interesse e orçamentos deve, nos termos da planilha do ITEM 4.1, ser enviadas para o e-mail licitacoes@cerrogrande.rs.gov.br até as 23h59min do dia 29/01/2024.

Cerro Grande – RS, 24 de janeiro de 2025.

ALVARO DECARLI
PREFEITO MUNICIPAL